

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	690.816.080
Preferenciais	74.510.626
Total	765.326.706
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	6.729.307	6.602.844
1.01	Ativo Circulante	1.178.694	1.311.006
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	318	25.103
1.01.02	Aplicações Financeiras	107	174.891
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	107	174.891
1.01.02.01.03	Titulos e valores mobiliarios	107	174.891
1.01.03	Contas a Receber	277.473	205.365
1.01.03.01	Clientes	277.473	205.365
1.01.04	Estoques	49.114	56.944
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.005	39.495
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.005	39.495
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	48.770	39.495
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.235	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	790.677	809.208
1.01.08.03	Outros	790.677	809.208
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	7.447	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	235.810	225.603
1.01.08.03.07	Adiantamentos a fornecedores	547.420	583.605
1.02	Ativo Não Circulante	5.550.613	5.291.838
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.008.218	1.806.986
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	82.605	79.819
1.02.01.01.03	Caixa restrito	82.605	79.819
1.02.01.06	Tributos Diferidos	252.960	255.075
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	252.960	255.075
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	922.861	727.678
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	749.792	744.414
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	49.640	50.020
1.02.01.09.04	Imposto de renda e contribuição social correntes	152.515	166.996
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	12.410	10.244
1.02.01.09.06	Outros ativos	1.195	1.554
1.02.01.09.08	Debêntures privadas	534.032	515.600
1.02.02	Investimentos	84.893	85.092
1.02.02.01	Participações Societárias	84.893	85.092
1.02.03	Imobilizado	3.454.811	3.397.092
1.02.04	Intangível	2.691	2.668
1.02.04.01	Intangíveis	2.691	2.668

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	6.729.307	6.602.844
2.01	Passivo Circulante	1.627.629	1.397.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.490	30.177
2.01.02	Fornecedores	254.640	189.212
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.930	9.115
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	857.760	711.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	857.760	711.622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	584.953
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	126.669
2.01.05	Outras Obrigações	489.809	457.750
2.01.05.02	Outros	489.809	457.750
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.465	2.465
2.01.05.02.05	Adiantamentos de clientes	90.448	78.855
2.01.05.02.07	Receitas diferidas	2.700	2.700
2.01.05.02.08	Certificado de recebíveis imobiliários	69.934	68.407
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	59.093	50.324
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	242.740	229.162
2.01.05.02.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.454	4.676
2.01.05.02.12	Outros passivos financeiros	13.975	21.161
2.02	Passivo Não Circulante	3.000.347	3.166.207
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.766.989	1.961.717
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.766.989	1.961.717
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.766.989	1.961.717
2.02.02	Outras Obrigações	1.179.267	1.149.780
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.641	10.062
2.02.02.02	Outros	1.169.626	1.139.718
2.02.02.02.04	Certificado de recebíveis imobiliários	145.887	160.846
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil	983.722	943.307
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	22.115	15.605
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	17.902	19.960
2.02.04	Provisões	36.970	36.816
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.970	36.816
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais	36.970	36.816
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	17.121	17.894
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	17.121	17.894
2.02.06.02.01	Receitas Diferidas	17.121	17.894
2.03	Patrimônio Líquido	2.101.331	2.038.761
2.03.01	Capital Social Realizado	1.365.607	1.365.607
2.03.02	Reservas de Capital	17.566	17.566
2.03.02.07	Reservas de Capital	17.566	17.566
2.03.04	Reservas de Lucros	651.978	651.978
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	62.661	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	3.519	3.610

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	676.059	472.202
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-517.739	-330.545
3.03	Resultado Bruto	158.320	141.657
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-180	-2.550
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.673	-5.268
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.938	2.652
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.555	66
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	158.140	139.107
3.06	Resultado Financeiro	-85.888	-77.813
3.06.01	Receitas Financeiras	44.556	32.204
3.06.01.01	Receitas Financeiras	41.620	31.921
3.06.01.02	Variação Cambial	2.936	283
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.444	-110.017
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-130.425	-105.750
3.06.02.02	Derivativos	-19	-4.267
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.252	61.294
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.682	-10.604
3.08.01	Corrente	-7.567	-4.612
3.08.02	Diferido	-2.115	-5.992
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.570	50.690
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.570	50.690
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,081	0,066
3.99.01.02	PNA	0,0891	0,072
3.99.01.03	PNB	0,0811	0,066
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,081	0,066
3.99.02.02	PNA	0,0891	0,072
3.99.02.03	PNB	0,0811	0,066

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	62.570	50.690
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.570	50.690

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	266.765	6.241
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	253.876	196.827
6.01.01.01	Lucro operacional antes do IR e CS	72.252	61.294
6.01.01.02	Depreciação e amortização	93.861	47.687
6.01.01.03	Equivalência patrimonial e ganho/perda com investimentos	-3.555	-66
6.01.01.04	Provisão para demandas judiciais	52	798
6.01.01.05	Provisão para credito de liquidação duvidosa	-118	103
6.01.01.06	juros, variações monetárias e cambiais. liquidos	87.449	87.107
6.01.01.07	Provisão indenizações de produto e frete	3.870	0
6.01.01.08	Receitas diferidas	-773	0
6.01.01.09	Outros	838	-96
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.889	-190.586
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-71.828	-40.180
6.01.02.02	Estoques	6.931	58
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recuperar	4.732	-19.495
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.955	-195
6.01.02.08	Fornecedores	65.689	-5.991
6.01.02.09	Obrigações trabalhistas e previdenciarias	-6.556	-1.747
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-15.973	-2.968
6.01.02.12	Adiantamentos de clientes	11.593	0
6.01.02.14	Outros passivos financeiros	-9.144	0
6.01.02.15	Adiantamentos de fornecedores	34.114	-209.819
6.01.02.16	Outros ativos e passivos, liquidos	-4.714	89.751
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.331	-642.090
6.02.01	Aquisição de bens do imobilizado, liquida	-41.329	-139.004
6.02.02	Debêntures privadas	0	-445.733
6.02.03	Titulos e valores mobiliários	174.784	-57.353
6.02.04	Caixa restrito	-2.786	0
6.02.05	Parte relacionadas - Mútuo	-175.743	0
6.02.06	Dividendos recebidos de coligadas	1.743	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-248.219	41.865
6.03.02	Amortização de empréstimos - principal	-163.218	-125.548
6.03.03	Amortização de empréstimos - juros	-89.065	-16.933
6.03.04	Antecipações de créditos imobiliários	-23.758	-21.467
6.03.05	Dividendos pagos	0	-134.734
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	0	340.547
6.03.07	Captações	25.000	0
6.03.08	Instrumentos financeiros derivativos	2.822	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.785	-593.984
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.103	666.085
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	318	72.101

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.365.607	17.566	651.978	0	3.610	2.038.761
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.365.607	17.566	651.978	0	3.610	2.038.761
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.661	-91	62.570
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.570	0	62.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	91	-91	0
5.05.02.06	Ajuste reflexo associada- custo atribuído	0	0	0	91	-91	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.365.607	17.566	651.978	62.661	3.519	2.101.331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.365.607	17.566	529.839	0	4.093	1.917.105
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.365.607	17.566	529.839	0	4.093	1.917.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-134.522	0	-134.522
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-134.522	0	-134.522
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.478	212	50.690
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.690	0	50.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-212	212	0
5.05.02.06	Ajuste reflexo controlada - custo atribuído	0	0	0	-212	212	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.365.607	17.566	529.839	-84.044	4.305	1.833.273

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	705.515	512.900
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	702.353	508.454
7.01.02	Outras Receitas	3.044	4.549
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	118	-103
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-401.218	-283.262
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-391.010	-264.164
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.205	-16.967
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	275	-233
7.02.04	Outros	-1.278	-1.898
7.03	Valor Adicionado Bruto	304.297	229.638
7.04	Retenções	-93.861	-47.687
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.861	-47.687
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	210.436	181.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	48.111	32.270
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.555	66
7.06.02	Receitas Financeiras	44.556	32.204
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	258.547	214.221
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	258.547	214.221
7.08.01	Pessoal	22.753	11.356
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.527	9.879
7.08.01.02	Benefícios	3.237	1.114
7.08.01.03	F.G.T.S.	989	363
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.210	37.895
7.08.02.01	Federais	37.352	34.335
7.08.02.02	Estaduais	1.657	3.488
7.08.02.03	Municipais	201	72
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	134.014	114.280
7.08.03.01	Juros	130.444	110.017
7.08.03.02	Aluguéis	3.570	4.263
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.570	50.690
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.570	50.690

Comentário do Desempenho**ALL MALHA NORTE – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE MARÇO DE 2016**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a ALL Malha Norte – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras Intermediárias, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e são apresentadas de forma condizente com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

Em 1º de abril de 2015, após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, a Rumo incorporou 100% das ações ordinárias da ALL – América Latina Logística S.A. que, por meio de acordo de acionistas, passou a deter o seu controle integral e, conseqüentemente, a consolidar os seus resultados e de suas controladas.

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da controladora Rumo no qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	1T16	1T15	Var. %
Receita Líquida	676,1	472,2	43,2%
Custo dos Serviços Prestados	(517,7)	(330,5)	56,6%
Lucro Bruto	158,3	141,7	11,8%
Margem Bruta (%)	23,4%	30,0%	-6,6 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(5,7)	(5,3)	7,7%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,9	2,7	-26,9%
Equivalências Patrimoniais	3,6	0,1	n/a
Depreciação e Amortização	93,9	47,7	96,8%
EBITDA	252,0	186,8	34,9%
Margem EBITDA (%)	37,3%	39,6%	-2,3 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(85,9)	(77,8)	10,4%
Lucro Líquido	62,6	50,7	23,4%

No trimestre findo em 31 de março de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$676,1 milhões, crescimento de 43,2% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2015, em decorrência do aumento do volume transportado. O EBITDA foi de R\$252,0 milhões, crescimento de 34,9% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2015, em decorrência do aumento do volume transportado e crescimento das tarifas médias praticadas. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$62,6 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2016, contra R\$50,7 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “ALL Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da ALL – América Latina Logística S.A. (“Controladora” ou “ALL”) e indireta da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

b) Situação econômico financeira da Companhia

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de março de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$423.682 e lucro de R\$62.570. Em compensação, apresentou uma geração líquida de caixa operacional de R\$266.765 e efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no montante de R\$41.329, em linha com o seu plano de negócios.

Em 13 de abril de 2016 a controladora Rumo finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.600.000 (caixa recebido, líquido de custos de emissão, totalizou R\$2.545.877) com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”) e da *Regulation “S”* para investidores estrangeiros. Adicionalmente, a administração da Rumo, em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de março de 2016, celebrou proposta para a estruturação do reperfilamento de parte das suas dívidas e de suas controladas vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 no montante de R\$2.925.647, que ocorrerá ao longo do ano de 2016, com alterações de determinados termos e condições, ou contratação de novos instrumentos de capital de giro.

Notas Explicativas

O aumento de capital da Rumo aliado ao reperfilamento de dívidas acima mencionado equacionou integralmente o risco de continuidade operacional da Rumo e de suas controladas. É importante ressaltar que os recursos são geridos de forma centralizada na controladora indireta Rumo que tem o compromisso de realizar eventuais aportes de capital na Companhia quando necessário.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e são apresentadas de forma condizente com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras anuais completas.

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 05 de maio de 2016.

2.2 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas):

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	<u>Participação direta e indireta</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Coligadas (Equivalência patrimonial)		
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Notas Explicativas

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos inclui os gastos com transação.

As demonstrações financeiras incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de coligadas, na proporção da participação da Companhia, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com aquelas da Companhia.

2.3 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o período findo em 31 de março de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

(a) Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$117.074.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora aceita pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetivo para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018. A Administração ainda avalia seus impactos.

- IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes exige o reconhecimento da receita refletindo a contraprestação esperada a receber em troca do controle desses bens e serviços. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - Contratos de Construção, a IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A IFRS 15 é efetiva para o exercício a iniciar em 1º de janeiro de 2018. A Administração ainda avalia seus impactos.
- IFRS 16 – Arrendamentos, foi emitida em 13 de janeiro de 2016. Espera-se um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, pois todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 – Arrendamentos. A Administração ainda mensura seus impactos.

Notas Explicativas

2.5 Reapresentação dos saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados para reclassificação do saldo de debêntures privadas (veja nota 8) no montante de R\$515.600 do ativo circulante para o ativo não circulante visto que as debêntures têm vencimento contratual em 05/01/2020 e não 02/05/2016, como anteriormente apresentado.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reais		
Bancos conta movimento	318	16
Aplicações financeiras	-	25.087
	<u>318</u>	<u>25.103</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações em fundos exclusivos		
Fundos de investimentos	-	86
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	25.001
	<u>-</u>	<u>25.087</u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora indireta Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (veja nota 4) são não representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 7).

4 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos do governo	107	174.891
	<u>107</u>	<u>174.891</u>

O caixa restrito apresentado no ativo não circulante é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal no montante de R\$79.825 (R\$ 77.262 em 31 de dezembro de 2015), bem como *escrow* para suporte a fianças bancárias de R\$ 2.780 (R\$2.557 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

5 Contas a receber de clientes

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes terceiros	71.972	41.032
Clientes partes relacionadas (*)	206.746	165.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.245)	(1.364)
	277.473	205.365

(*) Em 31 de março de 2016 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Paulista) tem por natureza aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviário.

6 Outros tributos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	69.635	56.438
ICMS (i)	4.318	11.126
ICMS CIAP (ii)	24.451	20.933
Outros	6	1.018
	98.410	89.515
Circulante	48.770	39.495
Não circulante	49.640	50.020
	98.410	89.515

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado na prestação de serviços de transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

7 Partes Relacionadas

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ALL Intermodal	-	480	-	-
ALL Malha Oeste	-	12.176	-	-
ALL Malha	126.461	127.157	-	-
ALL Malha Sul	622.222	426.255	9.641	9.641
ALL S.A.	174.178	153.576	-	-
ALL Serviços	-	15	-	-
Portofer	-	8.019	-	421
	922.861	727.678	9.641	10.062

Notas Explicativas

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas à recursos financeiros para gestão de caixa centralizada realizada pela controladora indireta Rumo.

Outros saldos com partes relacionadas

Do total do saldo referente a adiantamentos a fornecedores em 31 de março de 2016, R\$ 547.587 é decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Paulista) referente a partilha de fretes. (R\$581.821 em 31 de dezembro de 2015)

O saldo a pagar para fornecedores contempla R\$ 205.632 em 31 de março de 2016 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e Raízen Combustíveis S.A.) referente a compra de combustíveis e partilha de frete ferroviário. (R\$159.144 em 31 de dezembro de 2015)

O saldo de outros ativos contempla R\$ 217.455 em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (R\$ 217.457 em 31 de dezembro de 2015) decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente ALL S.A.) referente a adiantamentos.

8 Debêntures privadas

Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/03/2016	31/12/2015
Debêntures privadas - ALL	05/01/2015	450.000	05/01/2020	CDI+1,30%	534.032	515.600

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 18.432 em 31 de março de 2016. (R\$ 13.625 em 31 de Março de 2015).

9 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Resultado de equivalência	Dividendos	Saldo em 31 de março de 2016
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.138	545	-	5.683
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.701	1.047	(3.754)	16.994
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.558	1.963	-	17.521
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.695	-	-	44.695
Total				85.092	3.555	(3.754)	84.893

10 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i) / (ii)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:						
Em 31 de dezembro de 2015	232.112	1.958.434	35.899	2.258.014	133.063	4.617.522
Adições	-	6.975	150.995	-	433	158.403
Baixas	-	(1.281)	-	-	(5.831)	(7.112)
Transferências	-	117.074	(117.093)	(1.985)	16	(1.988)
Em 31 de março de 2016	232.112	2.081.202	69.801	2.256.029	127.681	4.766.825
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2015	(54.021)	(686.157)	-	(441.676)	(38.576)	(1.220.430)
Adições	(3.771)	(37.707)	-	(50.440)	(1.943)	(93.861)
Baixas	-	370	-	-	2.449	2.819
Transferências	-	-	-	-	(542)	(542)
Em 31 de março de 2016	(57.792)	(723.494)	-	(492.116)	(38.612)	(1.312.014)
Em 31 de dezembro de 2015	178.091	1.272.277	35.899	1.816.338	94.487	3.397.092
Em 31 de março de 2016	174.320	1.357.708	69.801	1.763.913	89.069	3.454.811

- (i) Inclui benfeitorias em bens arrendados;
(ii) Inclui arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

11 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos financeiro		31/03/2016	31/12/2015	Vencimento
	Indexador (ii)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e					
Finem (BNDES)	URTJLP	9,04%	750.786	771.773	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	3,92%	131.828	141.086	2024
NCE	112,00% do CDI	15,95%	418.611	406.805	2019
	109,00% do CDI	15,51%	318.371	304.644	2018
	Dólar (US)	3,79%	81.371	126.669	2016
Bancos Comerciais	CDI + 3,50% a.a.	18,13%	198.372	205.692	2016
	CDI + 4,91% a.a.	19,74%	196.179	195.632	2019
			2.095.518	2.152.301	
Debêntures					
Debêntures conversíveis	TJLP + 1,5%	9,01%	2.553	2.592	2016
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	15,35%	169.172	175.428	2018
	Pré-fixado (ii)	11,06%	168.799	161.175	2020
	% Receita Líquida	-	31.612	30.315	2016
	CDI + 1,70%	16,08%	157.095	151.528	2016
			529.231	521.038	
Total			2.624.749	2.673.339	
Circulante			857.760	711.622	
Não circulante			1.766.989	1.961.717	

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Há contratos de swap para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros divulgadas consideram os efeitos desses instrumentos (ver nota 21).

Notas Explicativas

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros são analisados no nível da controladora indireta Rumo, e consistem em: (i) dívida líquida bancária consolidada/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos); (iii) patrimônio líquido/ativo líquido, sendo o item (iii) exclusivo para o BNDES. Exceto para o BNDES, cuja mensuração é anual, é necessária a apuração trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo.

Exceto pelo BNDES, cujos novos indicadores de dívida líquida/EBITDA e ICD ainda estão por ser definidos e será levado em consideração os novos patamares acordados com os bancos comerciais, todos os demais credores utilizam um ratio de até 5,5x dívida líquida/EBITDA. O BNDES concedeu anuência para o descumprimento de covenants em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 e a nova verificação ocorrerá em 31 de dezembro de 2016.

Se a negociação com o BNDES requerer um *ratio* de alavancagem inferior a este, o *ratio* pactuado será estendido a todos os demais credores com condições de *covenants* equivalentes.

12 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	72.252	61.294
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(24.566)	(20.840)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	1.209	407
Efeito de amortização do direito de concessão	2.520	2.520
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	459	121
Lucro da exploração	10.691	8.402
Outros	5	(1.214)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(9.682)</u>	<u>(10.604)</u>
Taxa efetiva	<u>13,40%</u>	<u>17,30%</u>

Notas Explicativas

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	31/03/2016				31/12/2015
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	356.449	89.112	-	89.112	95.022
Base negativa de contribuição social	357.223	-	32.150	32.150	34.208
Diferenças temporárias:					
Outras provisões	66.494	16.623	5.984	22.607	18.723
Despesas diferidas	163.465	40.866	14.712	55.578	55.754
Provisão <i>Impairment</i>	128.354	32.089	11.552	43.641	47.010
Provisão para demandas judiciais	41.482	10.370	3.733	14.103	14.022
Provisão para não realização de impostos	34.559	8.640	3.110	11.750	9.872
Provisão para participação nos resultados	1.965	491	177	668	5.150
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	1.246	311	112	423	464
(-) Créditos não registrados	(138.561)	(34.640)	(12.471)	(47.111)	(47.111)
Outros	88.342	22.085	7.954	30.039	21.961
Total	1.101.018	185.947	67.013	252.960	255.075

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	255.075
Resultado	(2.115)
Saldo em 31 de março de 2016	<u>252.960</u>

Notas Explicativas**13 Provisão para demandas judiciais**

	Provisão para demandas judiciais	
	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis, regulatórias e ambientais	12.313	11.654
Trabalhistas	24.657	25.162
	36.970	36.816

	Depósitos Judiciais	
	31/03/2016	31/12/2015
Tributária	835	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.532	1.502
Trabalhistas	10.043	8.742
	12.410	10.244

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2015	11.654	25.162	36.816
Provisionados no período	190	1.927	2.117
Baixas por reversão / pagamento	(190)	(3.094)	(3.284)
Atualização monetária	659	662	1.321
Em 31 de março de 2016	12.313	24.657	36.970

a) Tributárias

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2016	31/12/2015
ICMS - Exportação	50.623	48.519
Plano de Opção de Compra de Ações	8.195	8.003
IRPJ/CSLL	5.141	5.043
ICMS TAD	39.253	37.317
Outros	36.225	33.084
	139.437	131.966

Notas Explicativas**b) Cíveis, regulatórias e ambientais***Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis, regulatórias e ambientais	<u>12.313</u>	<u>11.654</u>
	<u>12.313</u>	<u>11.654</u>

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis	<u>28.550</u>	<u>27.776</u>
Regulatórias	<u>413</u>	<u>394</u>
Ambientais	<u>48.570</u>	<u>45.855</u>
	<u>77.533</u>	<u>74.025</u>

c) Trabalhistas*Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:*

	31/03/2016	31/12/2015
Reclamações trabalhistas	<u>24.657</u>	<u>25.162</u>
	<u>24.657</u>	<u>25.162</u>

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	31/03/2016	31/12/2015
Reclamações trabalhistas	<u>48.008</u>	<u>47.916</u>
	<u>48.008</u>	<u>47.916</u>

Notas Explicativas

14 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	31/03/2016				31/12/2015
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	363.325	943.172	352.467	1.658.964	1.523.757
Material rodante	345.026	869.975	238.096	1.453.097	1.313.315
Terminal	18.299	73.197	114.371	205.867	210.442
<u>Juros na parcela</u>	(120.585)	(237.312)	(74.605)	(432.502)	(351.288)
Material rodante	(108.786)	(197.169)	(45.753)	(351.708)	(267.450)
Terminal	(11.799)	(40.143)	(28.852)	(80.794)	(83.838)
Valor presente dos pagamentos mínimos	242.740	705.860	277.862	1.226.462	1.172.469
Circulante				242.740	229.162
Não circulante				983.722	943.307

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Arrendamentos operacionais

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Total
Locomotivas	562	1.972	2.534
Total	562	1.972	2.534

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

Notas Explicativas

15 Certificado de recebíveis imobiliários - CRI

A Companhia firmou contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	31/03/2016	31/12/2015
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	215.821	229.253
				215.821	229.253
				69.934	68.407
				145.887	160.846

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/03/2016
13 a 24 meses	83.693
25 a 36 meses	62.194
	145.887

16 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de março de 2016 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas “A” e 5.129.741 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

Notas Explicativas

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de março de 2016 sobre o lucro da exploração foi de R\$10.691 neste período, contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia.

17 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015:

Básico e diluído

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	62.570	50.690
Por ação ordinária	55.971	45.344
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	6.183	5.009
Por ação preferencial "B"	416	337
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	69.381	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,081	0,066
Por ação preferenciais "A"	0,089	0,072
Por ação preferenciais "B"	0,081	0,066

Instrumentos antidilutivos

A Companhia emitiu para o BNDES Participações S.A., debêntures conversíveis em ações, remunerada a juros de mercado, no valor de R\$2.553 em 31 de março de 2016, cujo prazo de vencimento é junho de 2016. A conversão, se realizada em 1º de janeiro de 2016, resultaria na emissão de 560.000 novas ações da Companhia.

Notas Explicativas

18 Receita operacional bruta

	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta na venda de serviços	702.353	508.454
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(26.294)	(36.252)
Receita operacional líquida	676.059	472.202

Durante o período findo em 31 de março de 2016, R\$ 52.671 (R\$ 25.905 em 31 de março de 2015) das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Paulista) principalmente compostas por aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviário.

Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 – ANTT (informação suplementar)

A resolução 1.773 da ANTT, instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário (“Manual”), que determina que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário (“Partilha”), passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte. Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos) de acordo com os requerimentos do Manual:

	31/03/2016	31/03/2015
Receita líquida de serviços de transporte	676.059	472.202
Partilha devida para ALL Malha Paulista	(298.952)	(207.588)
	377.107	264.614

19 Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Custo da dívida bruta		
Juros sobre dívidas	(81.989)	(62.881)
Variação cambial líquida sobre dívidas	2.936	283
Perda com derivativos de dívidas	(19)	(4.267)
	(79.072)	(66.865)
Rendimento de aplicação financeira	22.874	30.887
	22.874	30.887
Custo da dívida, líquida	(56.198)	(35.978)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	18.908	1.033
Arrendamento mercantil	(31.306)	(29.917)
Despesas bancárias	(10.915)	(10.392)
Outros encargos e variações monetárias	(6.377)	(2.559)
	(29.690)	(41.835)
Resultado financeiro, líquido	(85.888)	(77.813)
Despesas financeiras	(130.425)	(105.750)
Receitas financeiras	41.620	31.921
Variação cambial, líquida	2.936	283
Derivativos	(19)	(4.267)
Resultado financeiro, líquido	(85.888)	(77.813)

Notas Explicativas

Durante o período findo em 31 de março de 2016, R\$ 37.609 (R\$ 13.625 em 31 de março de 2015) das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas (controladora) referente a juros sobre debêntures privadas e mútuos.

Durante o período findo em 31 de março de 2016, R\$ 572 (R\$ 454 em 31 de março de 2015) das despesas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre mútuo.

20 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2016	31/03/2015
Constituição de provisão para demandas judiciais	(52)	-
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(1.070)	4.465
Ressarcimento seguro	2.701	-
Outras receitas (despesas) líquidas	359	(1.813)
	<u>1.938</u>	<u>2.652</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos e valores mobiliários	107	174.891
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	-	86
Instrumentos financeiros derivativos	7.447	-
	<u>7.447</u>	<u>86</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	318	25.017
Contas a receber de clientes	277.473	205.365
Recebíveis de partes relacionadas	922.861	727.678
Debêntures privadas	534.032	515.600
Caixa restrito	82.605	79.819
	<u>1.817.289</u>	<u>1.553.479</u>
Total	<u>1.824.736</u>	<u>1.553.565</u>

Notas Explicativas

Passivos

Passivo pelo custo amortizado

Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.624.749	2.673.339
Arrendamento mercantil	1.226.462	1.172.469
Certificado de recebíveis imobiliários	215.819	229.253
Fornecedores	254.640	189.212
Outros passivos financeiros	13.975	21.161
Pagáveis a partes relacionadas	9.641	10.062
Dividendos a pagar	2.465	2.465
Parcelamento de débitos - REFIS	2.791	2.972
	4.350.542	4.300.933

Valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros derivativos	30.569	20.281
--------------------------------------	---------------	--------

Total	4.381.111	4.321.214
--------------	------------------	------------------

Durante o período, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha o Gerenciamento de Risco através de reportes da Alta Administração da Companhia, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca manter um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos qual a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	160.000	160.000	(29.980)	(42.331)
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	100.000	124.714	6.858	22.050
Total de instrumentos contratados pela Companhia	260.000	284.714	(23.122)	(20.281)
Ativos			7.447	-
Passivos			(30.569)	(20.281)

(a) Risco de crédito

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	318	25.103
Títulos e valores mobiliários (ii)	107	174.891
Caixa restrito (ii)	82.605	79.819
Contas a receber de clientes (i)	277.473	205.365
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	7.447	-
Recebíveis de partes relacionadas	922.861	727.678
	1.290.811	1.212.856

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de reporte em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 11, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

Notas Explicativas

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/03/2016
AAA	20.754
AA+	7.447
AA	2.780
BB+	59.496
Em 31 de março de 2016	90.477

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/03/2016				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(905.701)	(648.926)	(1.169.491)	(554.931)	(3.279.049)
Fornecedores	(254.640)	-	-	-	(254.640)
Outros passivos financeiros (i)	(13.975)	-	-	-	(13.975)
Parcelamento de débitos - REFIS	(678)	(671)	(1.315)	(528)	(3.192)
Arrendamento mercantil	(330.423)	(342.462)	(608.643)	(303.196)	(1.584.724)
Antecipação de créditos imobiliários	(108.902)	(108.902)	(72.601)	-	(290.405)
Pagáveis a partes relacionadas	-	(9.641)	-	-	(9.641)
Dividendos a pagar	(24.532)	-	-	-	(24.532)
Instrumentos financeiros derivativos	1.007	6.250	15.866	-	23.123
	(1.637.844)	(1.104.352)	(1.836.184)	(858.655)	(5.437.035)

Conforme mencionado na nota 1, a Administração vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia honrar seus compromissos, e um dos pilares é a renegociação das dívidas vincendas entre 2016 e 2018, que alinhado ao aumento de capital realizado na controladora Rumo no mês de abril de 2016, trouxeram o devido respaldo financeiro para mitigar de forma adequada o risco de liquidez.

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "confirming", "forfeiting" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de março de 2016 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$13.975 (R\$21.161 em 31 de dezembro de 2015). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

Notas Explicativas

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela política de gestão de riscos.

I. Risco cambial

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamento a fornecedores	20	20
Fornecedores	-	(199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(81.371)	(126.669)
Instrumentos financeiros derivativos (notional)	100.000	124.714
Exposição cambial, líquida	18.649	(2.134)

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado Dólar EUA em 31 de março de 2016. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio Dólar EUA usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de março de 2016, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)						
	31/03/2016	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de março de 2016	3,5589	3,9600	4,9500	5,9400	2,9700	1,9800

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Adiantamento à fornecedores	Baixa do USD	20	8	13	(3)	(9)
Instrumentos financeiros derivativos (notional)	Baixa do USD	100.000	39.088	66.906	(16.547)	(44.365)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(81.371)	(31.806)	(54.442)	13.465	36.100
Impactos no resultado do período		18.649	7.290	12.477	(3.085)	(8.274)

Notas Explicativas

II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI e TJLP) e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/03/2016				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras, 4 e caixa	11.414	2.854	5.707	(2.854)	(5.707)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(237.818)	(59.455)	(118.909)	59.455	118.909
Antecipação de crédito imobiliário	(29.783)	(7.446)	(14.892)	7.446	14.892
Arrendamento mercantil	(77.810)	(19.452)	(29.745)	19.452	29.745
Instrumentos financeiros	(23.122)	(5.781)	(11.561)	5.781	11.561
Impactos no resultado do período		(89.280)	(169.400)	89.280	169.400

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 13,80% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 11.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Ativos financeiros de R\$7.447 e passivos financeiros de R\$30.569 estão mensurados a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

22 Eventos subsequentes

Aumento capital na controladora indireta Rumo

Em 13 de abril de 2016 foi concluído o aumento de capital na controladora indireta Rumo, nos termos da Instrução CVM 476 e *Regulation "S"* para investidores estrangeiros, de R\$ 2.600.000 (caixa recebido, líquido de custos de emissão, totalizou R\$2.545.877) mediante emissão de 1.040.000.000 (um bilhão e quarenta milhões) de ações ordinárias. Tais recursos serão destinados para o reforço de caixa e financiamento do plano de negócios de suas investidas.

Distribuição de dividendos

Em 29 de abril de 2016, foi realizada assembleia geral ordinária que deliberou o pagamento de dividendos, equivalentes a 100% do lucro líquido ajustado do exercício de 2015, no total de R\$ 112.123, sendo R\$ 28.031 referente ao dividendo mínimo obrigatório e R\$ 84.092 de excedente, bem como pagamento adicional de dividendos de R\$ 155.641 contra a conta de reserva de investimentos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Administradores, Conselheiros e Acionistas da
ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.
Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2